



4049 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT02 - História da Educação

Sueli Vieira Domingos: formação dos docentes indígenas da Baía da Traição - PB  
Mária Aparecida Alves da Costa - UECE - Universidade Estadual do Ceará  
Márcia Cristiane Ferreira Mendes - UECE - Universidade Estadual do Ceará  
Lia Machado Fiuza Fialho - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Este trabalho tem como objetivo desvelar como se deu a formação dos docentes indígenas para fomentar a educação formal na Baía da Traição, Aldeia do Forte, por meio da biografia da potiguara Sueli Vieira Domingos. Como aporte teórico, recorreremos aos pressupostos da 'Nova História Cultural' e da metodologia da História Oral. O resultado da pesquisa aponta para o processo de formação dos docentes indígenas, e também a inclusão dos valores e tradições como parte integrante do saber docente.

**Palavras-chave:** Sueli Vieira Domingos. Biografia. Saberes Docentes.

## Introdução

Este trabalho nasceu das discussões do grupo de pesquisa sobre estudos biográficos, no que resultou na ida à comunidade indígena do Forte, na Baía da Traição – PB, para conhecer os saberes docentes dos indígenas. Na ocasião, emergiu uma inquietação que instigou a elaboração desta pesquisa: Como se constituíram os saberes dos docentes indígenas para atuação na escolarização da comunidade do Forte? O objetivo, em congruência à problemática, desvelar como se deu a formação dos docentes indígenas para fomentar a educação formal na Baía da Traição, comunidade do Forte, por meio da biografia da potiguara Sueli Vieira Domingos.

Nesse sentido foi possível identificar a presença da potiguara Sueli Vieira Domingos, docente, pertencente à aldeia do Forte, localizada na Baía da Traição – PB, que atua na educação nessa localidade. Sueli Vieira Domingos nasceu na Aldeia do Forte, localizada no município da Baía da Traição – PB, tendo completado 42 anos em 2018. Toda sua história de vida foi construída nessa comunidade, bem como a sua escolarização e profissionalização, vivências que contribuíram para constituir sua identidade com a comunidade e decidir atuar como professora, com o objetivo de fomentar melhores condições de vida para o seu povo, desde a preservação de sua cultura, luta por direitos e formação da consciência crítica.

Ao longo do seu processo formativo, a indígena constituiu família aos 20 anos de idade, e desse relacionamento teve duas filhas. Dedicou sua vida à família, à docência e à valorização da cultura indígena. Percebeu que por meio de sua dinâmica como educadora poderia contribuir para a educação dos indígenas em moldes específicos às necessidades locais, distantes da perspectiva eurocêntrica. Atualmente é gestora no Centro Social São Miguel, na Aldeia de São Francisco, tendo esta sua estrutura em formato de Oca, remetendo à cultura indígena.

## Metodologia

Para o prosseguimento do presente estudo, valorizamos os aspectos qualitativos da História Oral. Segundo Alberti (2005, 24), o trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes, posições e por sua visão de mundo.

Propõe-se a valorização da pesquisa que utiliza a fonte oral, para a qual o pesquisador faz a coleta de dados mediante entrevistas, e a torna ciência "[...] transformando objetos de estudo em sujeitos, contribui para uma história não só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira". (THOMPSON, 1992, p.137).

Na perspectiva de interpretar a história a partir de novos tratamentos sobre as fontes orais, entrevistamos a indígena Sueli Vieira Domingos, utilizando um projeto prévio em História Oral biográfica. A entrevista foi realizada na escola onde a indígena atua como gestora, durando aproximadamente 40 minutos, sendo gravada, transcrita e validada pela própria entrevistada. Convém destacar que também se utilizou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual a indígena atestou participação voluntária na pesquisa em tela sem receber benefícios, assegurada de que poderia desistir a qualquer momento.

## Formação docente e Saberes Indígenas

O conhecimento produzido na escola não é apenas gerado pelos materiais didáticos disponíveis, mas também aqueles que são produzidos pela subjetividade e pelas vivências, construídos no dia-a-dia. Segundo Therrien (2006), o saber também é produzido pelo ato educativo e pelas subjetividades que se compartilham no momento da aprendizagem, no contexto escolar e universitário.

É necessário também atribuirmos à noção de "saber" um sentido amplo, que engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes dos docentes, ou seja, aquilo que foi muitas vezes chamado de saber, de "saber-fazer" e de "saber-ser". Nos apoiamos ao pensamento de que o professor reflete seus próprios conhecimentos, que foram sendo adquiridos em sua formação e experiência, segundo Thardif e Gauthier (1996, p. 11). Para esses autores, a pluralidade do saber, sugere que esta é oriunda de diversas fontes e produzida em contextos diferentes.

A neutralidade não se apresenta quando somos orientados dentro de uma conjuntura que uniformiza a forma de pensar, agir e se relacionar com o mundo. Pois partimos do pressuposto que os conhecimentos dos docentes estão constituídos de saberes que foram sendo adquiridos ao longo da vida, por intermédio de suas vivências, como também na formação escolar, acadêmica e profissional. Dessa maneira, as narrativas da potiguara Sueli permitem identificar e contextualizar saberes de sua prática docente constituída ao longo de sua vida.

A potiguara teve sua trajetória de vida alicerçada na aldeia do Forte e São Francisco, constituiu saberes oriundos da tradição familiar indígena e da sua formação escolar. Esta foi permeada por dificuldades quanto ao acesso ao ensino escolarizado e à falta de transporte. Segundo Sueli: "Bem! No tempo que eu fiz, né?! Que eu estudei no Ensino Médio, era muito difícil a questão de transporte pra gente ir estudar, mas mesmo assim eu persisti e mesmo depois de casada eu continuei meus estudos." (DOMINGOS, entrevista concedida em 12/07/2018).

Essas dificuldades fizeram com que Sueli percorresse longas distâncias para ter acesso ao ensino regular, que lhe parecia descontextualizado de sua realidade. No entanto, a legislação educacional, Lei n° 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei n°10.172/01, do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), além da Portaria Ministerial n° 559/91 e da Resolução CNE/CEB n° 003/99, buscou reconhecer a cultura indígena como parte integrante dos conteúdos escolares. Nas aldeias da Baía da Traição – PB, essa revitalização curricular acontece da seguinte forma:

"Para cultura indígena, temos agora a nossa escola, a semana da conscientização indígena que acontece no mês de abril, e temos a semana cultural que acontece no mês de junho. Nós temos aqui um projeto chamado "projeto de intervenção", é onde a gente trabalha leitura e escrita dos alunos, mas isso não quer dizer que a gente deixa de fora a nossa cultura. A gente traz coisas da nossa cultura pra trabalhar juntamente com esse projeto de intervenção também." (DOMINGOS, entrevista concedida em 12/07/2018).

Ao que se refere ao livro Didático, segundo Sueli, a cultura indígena é tratada de forma ampla, mas deixando de lado a realidade específica de cada aldeia, até porque alega a falta de material didático para se trabalhar as especificidades de cada grupo indígena, que, por vezes, são sanadas pela elaboração de material didático em sala de aula pelos educadores e alunos, trazendo os costumes, as danças, as músicas, as pinturas e a culinária. O que Sueli também afirma:

"Não traz muito (o livro didático). Mas traz um pouco. Sobre os potiguaras a gente tem que pegar outros livros de pessoas que fizeram a pesquisa dentro da área indígena potiguara e os professores vão atrás pra sala de aula. Pega os livros e traz para sala de aula para trabalhar." (DOMINGOS, entrevista concedida em 12/07/2018).

O Ministério da Educação (1998) reforça que as especificidades de cada etnia sejam mantidas, assim como suas tradições e seus valores, e que a educação contribua nessa permanência, o que descreve:

Para que seja garantida uma educação diferenciada, não é suficiente que os conteúdos sejam ensinados através do uso das línguas maternas. É necessário incluir conteúdos curriculares propriamente indígenas e acolher modos próprios de transmissão do saber indígena. Mais do que isso, é imprescindível que a laboração dos currículos, entendida como processo sempre em construção, se faça em estreita sintonia com a escola e a comunidade indígena a que se serve, e sob a orientação desta última." (MINISTÉRIO, 1998).

Ao mencionar a valorização dos conteúdos escolares indígenas, Sueli acrescenta que também deve ser considerado o reconhecimento dos profissionais da educação, os que estão inseridos em sala de aula e fora dela, que buscam uma formação e aperfeiçoamento, enriquecendo a sua prática como educador.

"[...] A gente trabalha bastante, e a gente tem muitos projetos, e assim não existe a categoria "professor indígena" que a gente vem lutando tanto, não existe ainda por parte do estado. E a gente estamos aí lutando pra ver se a gente consegue, para questão até da remuneração ser melhor, melhorar, né? Acho que todo professor merece uma remuneração melhor, e a gente tá lutando pra isso." (DOMINGOS, entrevista concedida em 12/07/2018).

Sueli, além de ultrapassar barreiras de oportunidades e de acesso ao ensino fundamental, de apropriação e reconhecimento da cultura indígena, conseguiu adentrar em curso superior, buscando seu aperfeiçoamento profissional: "*Hoje eu sou formada em Pedagogia e sou formada em Letras também pela UFCG, que eu fiz letras, e pela UVA eu fiz Pedagogia*". (DOMINGOS, entrevista concedida em 12/07/2018).

Segundo a Fundação nacional do Índio (FUNAI), com base no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de ingressantes e concluintes indígenas nas universidades públicas e privadas do país, aumentou significativamente no ano de 2016, em relação a 2015. O número de ingressantes cresceu 52,5% e o de concluintes, 32,18%.

A valorização deve partir desde o processo inicial de escolarização até o ensino superior, com políticas de incentivo desenvolvidas pelo Ministério da Educação, como o "Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Indígena (PROLIND)". Este, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Secretaria de Educação Superior (SESU), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), concretizando um desejo de criar cursos voltados à educação indígena, instituído pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em Março de 2007, iniciando pelos cursos de Biologia, Química, Física e História. Segundo a potiguara Sueli:

"Foi através de um programa chamado PROLINDI, que dava acesso aos indígenas fazer esse curso e teve é... a prova do vestibular, tanto eu como os demais colegas, foram 40 professores, né? E... fomos aprovados na universidade e a gente ia, passava um período lá e os docentes de lá vinha pra cá. No período de férias, a gente ia pra lá e no período de aula, eles vinham pra cá, só que a gente tinha aula no sábado e no domingo. Foram 7 anos nessa luta." (DOMINGOS, entrevista concedida em 12/07/2018).

O PROLIND contribuiu exatamente para tentar modificar o histórico de exclusão dos indígenas na sociedade, mais especificamente na Educação Superior, pois poucos tinham oportunidade de fazer um curso superior, mediante a dificuldade de oportunidade de acesso e, especialmente, de ter sua cultura respeitada. Conforme Sueli:

"Porque assim, a maioria dos nossos professores [...] são formados ou estão em formação. Porque antes, muito antes, não era assim. Hoje em dia nós temos mesmo bastante professores formados e até alunos que foi aqui da escola. Nós temos alunos que saiu dessa escola que hoje é advogado, temos alunos que saiu dessa escola que hoje é dentista, outro é psicólogo, outro professor e assim vai.

Muitos cursos bons que nossos alunos saíram daqui dessa escola, fizeram.” (DOMINGOS, entrevista concedida em 12/07/2018).

A realidade dos educadores indígenas começou a se modificar, quando a estes foi oportunizada a formação em cursos superiores nas aldeias, com a cultura indígena inserida nas escolas, e, ao mesmo tempo, emergindo o conhecimento sobre o que a sociedade produziu sem invisibilizar suas tradições e costumes.

### Considerações Finais

A pesquisa buscou compreender como se deu a formação dos docentes indígenas para fomentar a educação formal na Baía da Traição, comunidade do Forte, por meio da biografia da potiguara Sueli Vieira Domingos. Para apresentar esse escopo, realizamos pesquisa qualitativa do tipo biográfica, que analisou a narrativa da indígena Sueli, colhida mediante entrevista livre.

A formação inicial da indígena se deu na aldeia do Forte, onde se escolarizou em instituições formais de ensino, que seguiam ainda o currículo tradicional de educação, não valorizando a cultura indígena. Essa experiência contribuiu para tornar-se docente, e através do cotidiano escolar e dos conteúdos escolares obrigatórios, inseriu a “Educação Indígena”, almejada por tantos anos pelo povo indígena e aplicada pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, como uma forma de revitalização da cultura indígena na educação básica.

A sua inserção no curso de graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), através do projeto do PROLIND, reforçou a necessidade da formação superior dos indígenas, levando vários indígenas a ingressar em um curso superior, sendo este atrelado aos valores indígenas e a sua cultura.

Considera-se que este estudo cria possibilidades de ampliação dos conhecimentos sobre a formação dos docentes indígenas, e que o estado atual da pesquisa se encontra em andamento, podendo ser expandida em outras pesquisas que envolvam o mesmo tema de estudo.

### REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verona. *Manual de História Oral* 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *Lei de Diretrizes e Bases* Brasília: Congresso Nacional, dezembro, 1996.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.051*. Convenção nº 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais: MEC/SEF, 2002.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica* Resolução Nº 5, De 22 de Junho de 2012.

\_\_\_\_\_. *Fundação Nacional do Índio (FUNAI)*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4720-cresce-o-numero-de-estudantes-indigenas-nas-universidades>. Acesso em: 29 ago 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC; SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Indígena* Universidade Federal de Campina Grande. Março de 2007. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~spe/documentos/prolind/ppc\\_de\\_licenciatura\\_indigena\\_ufcg.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~spe/documentos/prolind/ppc_de_licenciatura_indigena_ufcg.pdf)>. Acesso em: 19 de ago 2018.

TARDIF, Maurice. GAUTHIER, Clermont. *O saber profissional dos professores: fundamentos e epistemologia*. In: Seminário de Pesquisa sobre o saber docente, Fortaleza, Anais: UFCE, 1996, (mimeo).

TERRIEN, Jacques. *Os Saberes da Racionalidade Pedagógica na Sociedade Contemporânea*. Revista Educativa. Goiânia: UCG, V.9.no.1, 2006. p.67-81.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

### Fontes Orais:

DOMINGOS, Sueli Vieira. *Sueli Vieira Domingos*. Depoimento [12/07/2018]. Entrevistadora: Márcia Cristiane Ferreira Mendes. João Pessoa: 2018.